

**RECORDAÇÕES DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Miguel Reale

Quando, em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, já havia no Estado, além de outros de menor tradição, quatro centros de ensino e pesquisa bem-definidos, dotados de notável lastro cultural próprio: a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Escola Agrícola "Luiz de Queiroz"

A primeira dessas entidades, sem prejuízo de sua destinação jurídica específica, constituía o pólo natural de atração para os jovens que desejavam cultivar as ciências sociais ou dedicar-se ao mundo das letras, conforme tradição que vinha desde os primórdios do Império, dada a inexistência de ensino autônomo de Filosofia ou de Letras, uma das contribuições mais altas dos fundadores da USP. As outras três entidades citadas já possuíam bem-delimitado campo de ação, todas possuindo corpos docentes representativos dos mais altos valores da cultura paulista em cada um dos distintos ramos do saber.

Ao contrário do que alegam alguns, parece-me que a nova Universidade surgia sob bons auspícios ao se reconhecer a valia das estruturas já existentes, integrando-as numa unidade complexa, onde, ao invés de uma Faculdade de Educação, tal como prevista no modelo federal, se lançava a idéia de uma "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras", com a tríplice função de servir como ponto de referência para todos os ramos do saber; de atuar como sede permanente de pesquisa nos diferentes campos de suas especialidades; e, *last, but not least*, como centro de formação dos quadros docentes do curso secundário. Desse modo, deveria a Universidade ter uma face voltada para a esperada reforma de nossos ginásios e liceus, e uma outra projetada no sentido da investigação criadora, tão essencial aos países em desenvolvimento, desprovidos dos núcleos de pesquisa de natureza empresarial: ao mesmo tempo, em suma, uma espécie de "Escola Normal Superior" e um centro polivalente de pesquisas de vanguarda.

Note-se, aliás, que a inclusão das Politécnicas na estrutura universitária aproximava a USP mais do modelo norte-americano do que do francês, com implicações de ordem tecnológica, como a do IPT, que iriam permitir a sua fecunda participação também no desenvolvimento industrial e agrícola de São Paulo. Abria-se, assim, desde o início, a perspectiva de uma ampla prestação de serviços à comunidade.

Pode-se dizer, pois, que se constituiu, há mais de meio século, uma entidade plural na raiz de sua gênese, alimentando alguns a esperança de sua integração cultural graças à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o que albergava certa compreensão enciclopédica de feitio positivista. A experiência iria, no entanto, revelar a fragilidade dessa concepção que não abriu caminho para a interdisciplinaridade, até hoje um *desideratum* não-atingido, mesmo porque os diplomados para exercer apenas funções docentes logo passaram a reivindicar o exercício das profissões vinculadas ao seu currículo, obtendo em juízo decisões favoráveis. Lembro-me de ter patrocinado, por exemplo, uma causa na qual foi reconhecido aos licenciados em Química o direito de exercer a respectiva profissão em sua plenitude. Com isso, porém, iria prevalecer na novel Faculdade um feitio que talvez não estivesse nas intenções de seus instituidores.

De outro lado, a fundação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como estabelecimento do mais amplo espectro, não podia deixar de dar origem a uma reiteração ou duplicidade de disciplinas também objeto de estudo nas Faculdades de caráter profissional, como se dava com a Física, a Química, a Matemática, a Estatística etc

Em um primeiro momento, não se perceberam as linhas de resistência que tal situação suscitava, mesmo porque, de início, sobretudo graças à participação humanística e criadora de grandes mestres estrangeiros, o que prevaleceu foi uma salutar dedicação à formação de núcleos irradiantes de investigação, visando à complementaridade de valores teóricos e práticos, sem que o pragmatismo profissional desde logo viesse reivindicar suas prerrogativas. Vale aqui salientar o superamento de nosso tradicional nativismo, ao decidir-se convidar um grupo numeroso e altamente qualificado de mestres europeus, os quais, tanto na área tecnológico-científica como na humanística, contribuiram poderosamente para a reunião dos critérios de pesquisa e de ensino.

O fato de não ser a USP uma entidade constituída *ex nihilo*, mas sim o resultado de uma integração de Unidades antes isoladas e distintas, cuja complementaridade teoricamente remontava à árvore multi-ramificada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, teve o mérito de fazer com que, desde a sua fundação, ela se constituísse sob o signo do *pluralismo cultural*, ainda que correndo o risco de

duplicações de centros de interesse e de ensino. Observe-se, aliás, que mesmo a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco nunca deixou de ser um pólo irradiante de valores nos domínios da Filosofia, das Letras ou do Jornalismo, como se pode confirmar com o mais sucinto exame de dezenas de nomes de bacharéis em Direito que, nestas últimas décadas, ao invés de se projetarem na advocacia ou na magistratura, se notabilizaram e se notabilizam antes como escritores, historiadores, jornalistas, diplomatas, políticos, politicólogos ou pensadores.

Se, porém, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não logrou realizar a missão integrante e diversificada que dela se esperava no contexto da USP, é inegável que lhe devemos todos um *sentido novo* no que se refere aos trabalhos de equipe, e a um relacionamento mais aberto e constante entre mestres e discípulos. Além dos méritos que os professores europeus possuíam, deram-nos eles um exemplo de *continuidade cultural*, contribuindo para a formação de correntes de pensamento e de escolas, não como expressão de um querer vaidosamente artificial, mas como resultado natural da convivência investigadora e crítica, o que, aliás, já acontecera antes em alguns Institutos isolados, como no caso, por exemplo, do ensino de Anatomia na Faculdade de Medicina da Capital; de Matemática, na Politécnica, ou de Genética, em Piracicaba. Foi esse novo espírito de dedicação à pesquisa, muitas vezes graças a convênios com entidades públicas e empresariais, que permitiu verdadeira renovação em nosso processo cultural.

Foi-se impondo, na USP, dela se irradiando para todo o Brasil, o trinômio "ensino-pesquisa-prestação de serviços à comunidade". No caso da Universidade de São Paulo, *como consequência do regime de tempo integral*, cada vez mais predominante (há estabelecimentos onde a dedicação plena atinge 90% do corpo docente) foi possível alcançar um índice bastante elevado no que se refere às investigações, tanto científicas como humanísticas.

Bastará dizer que a USP, no ano de seu centenário, com um orçamento de 200 bilhões de cruzeiros, possuía 4.798 professores e 9.900 servidores (sendo 5.905 autárquicos) distribuídos em 33 Unidades, na Capital e no Interior. Os estudantes, em número superior a 30.000 (o que dá a média elevada de 1 professor para cada 6 alunos) freqüentam 144 cursos de graduação e, note-se, 357 de

pós-graduação, sendo 204 de mestrado e 153 de doutorado, o que explica seja a USP, inclusive em razão de vários outros Institutos complementares, responsável por mais de 50% das pesquisas científicas, literárias e jurídicas realizadas no País. Seu campo de ação vai desde o ensino de Armênio e Sânscrito até pesquisas nucleares ou de Oceanografia, com um navio especializado que tem sido elemento fundamental nas expedições à Antártica que o governo federal vem proficientemente desenvolvendo.

Isto tudo não impede a existência de graves deficiências, resultantes da falta de recursos em determinadas áreas de pesquisa, com desatualizações de bibliotecas especializadas. Mas o maior mal provém do despreparo escolar, dada a decadência visível de nosso ensino médio, e o predomínio de valores ideológicos sobre os valores teóricos desinteressados no seio da juventude. Outra falha é a carência de integração mesmo quando a USP conquistou maior autonomia, adquirindo as prerrogativas de um *ente autárquico* — o que se deu em virtude do Decreto-Lei nº 13.855, de 29 de fevereiro de 1944, — a cuja feitura me foi dado participar no seio do Conselho Administrativo do Estado. Não se pode dizer que se tenha conseguido lograr maior integração entre as suas Unidades, além da decorrente da subordinação comum aos mesmos órgãos dirigentes e administrativos, mal de que padecem, em geral, as universidades brasileiras e de que se queixam não poucas das universidades européias e latino-americanas. Lembro, aliás, para dar a medida da projeção da USP nos quadros administrativos que foi, então, aprovada emenda de minha autoria, desvinculando-a totalmente da Secretaria da Educação, com a declaração expressa de que passavam a ser exercidas pelo reitor todas as atribuições antes conferidas ao titular daquela pasta no tocante à Universidade. Desse modo, o reitor adquiria *status* de secretário de Estado, passando a despachar diretamente com o governador todos os papéis relativos ao ensino superior.

Essa situação, por assim dizer, mais de correlação formal do que de efetiva integração cultural, manteve-se mais ou menos imutável até os fins da década dos quarenta, quando, com a volta ao regime democrático e a instauração das diretrizes sociais da Constituição de 1946, também a USP iria passar por uma série de modificações que, num primeiro momento, foram objeto de crítica hostil, fruto de descabido apego ao passado.

Refiro-me sobretudo a quatro pontos essenciais, que coincidem com o meu primeiro reitorado, no sentido de pôr termo a certo elitismo que ainda existia a favor de determinadas categorias de professores (Direito, Engenharia, Medicina e Filosofia, Ciência e Letras) em detrimento dos mestres das Escolas de Agronomia, Medicina Veterinária, Economia, Odontologia, ou Farmácia, conforme terminologia da época. Embora hoje nos custe admiti-lo, até outubro de 1949 houve na USP três categorias de professores, com escala distinta de vencimentos, até que o Conselho Universitário, por proposta de autoria do ilustre prof. Zeferino Vaz, subscrita por mim e por todos os conselheiros, fez ver à Assembléia Legislativa do Estado (órgão então competente na matéria) que “aquela discriminação de carreiras universitárias não encontrava qualquer fundamento, quer quanto ao grau de cultura, quer quanto à importância econômica de qualquer delas” Estabelecia-se, em suma, a *unidade cultural* no seio da USP, também no concernente ao problema não despidendo da remuneração de trabalho docente, a demonstrar a equivalência de todas as investigações, científicas ou não, consoante lema que, já no meu segundo reitorado, elaborei para circundar a torre da USP: “No universo da cultura o centro está em toda parte”

Foi na mesma época que tomei as providências necessárias ao funcionamento dos *cursos noturnos*, criados por força de dispositivo expresso da Constituição do Estado, o que significava mais uma forma de abertura da Universidade rumo aos interesses das classes sociais menos favorecidas. Talvez se possa afirmar que, complemento dessa projeção no sentido do povo, foi também a iniciativa de abrir a USP para o Interior do Estado, aprovando-se um plano orgânico de 10 Institutos regionais, infelizmente depois abandonado, tais foram as injunções político-eleitorais. Nesse plano figurava, em primeiro lugar, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, cuja pedra fundamental foi posta por mim a 27 de abril de 1950, por sinal que após um acidente aéreo que quase custou a vida ao reitor e a vários mestres que o acompanhavam. Todavia, era tal meu empenho em fundar a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto que, apesar do desastre no aeroporto de Congonhas, seguimos todos de automóvel para aquela cidade, lá chegando alta madrugada. Perdoem-me se reivindico a fundação dessa Faculdade, depois implantada por Zeferino Vaz com alto descortino. Diga-se de passagem que, quando se comemorou o

jubileu da citada instituição, recebi uma circular comum convidando-me a participar dos festejos, enquanto especiais homenagens eram prestadas a diversas personalidades

Além disso, nessa mesma época, senti a necessidade de conferir à USP uma nova atribuição: a de *promover o desenvolvimento cultural*, quer com a criação de sua *Revista*, que ficou no primeiro fascículo, muito embora tivesse sido concebida como instrumento de integração interunidades; quer através de ciclos de conferências e exposições artísticas e literárias na Capital e no Interior. Em boa hora, pois, o reitor José Goldemberg retomou a publicação da citada Revista. Não será exagero dizer que a USP de certo modo se popularizava, sem pecar de populismo, por saber preservar sempre a sua função diretora e crítica. Quando penso no que é hoje a USP, com seus museus, suas orquestras e corais, e com as atividades culturais a cargo da Codac penso na semente lançada na década dos quarenta, quando se reestruturou a primeira Diretoria de Assuntos Culturais, diretamente subordinada ao reitor.

Cabe, outrossim, recordar que foi no mesmo período que começou a tornar-se realidade a constituição do *campus* universitário, cuja área, inicialmente programada com manifesto gigantismo, foi reduzida à atual, que a muitos ainda parece excessiva, efetivando-se a sua desapropriação. Não me cabe aqui, examinar quais os efeitos da opção por um *campus* não-integrado, com Unidades distantes umas das outras, sem haver, como nos Estados Unidos da América, áreas residenciais para mestres e estudantes, característica essencial da solução norte-americana, inspirada nos modelos de Oxford e Cambridge. Daí certo paradoxo no fato de coexistir o tempo integral de professores com o tempo parcial do corpo discente, o qual consagra à Universidade apenas o tempo que lhes consentem as necessidades da vida. Não há dúvida, porém, que o *campus*, com todas as suas possíveis deficiências, veio permitir novas perspectivas pedagógicas à USP, nem sempre devidamente aproveitadas, graças a providências tomadas pelo saudoso reitor Jorge Americano, a quem devemos a sua localização no Butantan.

Os limites deste artigo não me permitem fazer referências a outros importantes acontecimentos intermédios da história da USP. Meu objetivo é assinalar apenas os episódios ou realizações de que tive a feliz oportunidade de participar.

Foi o que se deu quando sobreveio a que poderíamos denominar terceira fase da USP, a qual tem início com a reforma universitária que se começou a implantar em novembro de 1969, coincidindo, o que muito me desvanece, com o período de meu segundo reitorado.

No fundo, ponto básico da reforma foi tentar superar a dualidade ou duplicidade de funções que se gerara com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a qual passou a ser, exclusivamente, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, adquirindo autonomia diversos Institutos básicos, os quais nasceram da simbiose de "corpos de disciplinas" daquela antiga Faculdade com as matérias correlatas das demais Unidades. Surgiram, assim, como que compondo um *ciclo básico diversificado*, os Institutos de Matemática, de Física, de Química, de Psicologia, de Geologia, de Ciências Biomédicas, de Oceanografia, de Educação, como suporte das Unidades profissionalizantes, que continuaram com a denominação de Escolas e Faculdades. Foi essa concepção plural e vertical do *ciclo básico* que a USP reivindicou para si, não se subordinando jamais à idéia uniformizante e deformadora do *custo básico* que as autoridades federais quiseram nos impingir, e que foi objeto de formal repulsa no nunca assás lembrado "Manifesto de Juiz de Fora" subscrito por mim, como reitor, pelo saudoso prof. Laerte Ramos de Carvalho e pelos professores Roque Spencer Maciel de Barros e Antonio Guimarães Ferri.

Complementando essa reformulação da estrutura universitária, com a extinção das cátedras, surgiram os Departamentos, para os quais foi mister distribuir, em curto prazo, mais de 4.000 professores, o que implicou a necessidade de superar velhos e resistentes preconceitos. Talvez tais preconceitos, ou excessivos zelos inerentes a cada Unidade, tenham levado a constituir-se um Conselho Universitário por demais numeroso, com gritante predomínio dos professores titulares, cada Unidade com dupla representação, a de seu diretor mais um membro eleito pelas Congregações, o que penso eu, não pode deixar de ser objeto de necessária reforma.

Não se compadece com a natureza destas recordações, a crítica da reforma, que auxiliiei a implantar por dever de ofício, nem sempre a julgando satisfatória, mas vendo nela antes um ponto de partida para novas experiências, como é próprio de um organismo vivo como

é uma Universidade, destinada a disseminar cultura entre o povo, sem se tornar populista, permitindo o acesso e a revelação das competências, livre de quaisquer privilégios, mas também sem quebra de valores hierárquicos que não se constituem em razão das pessoas, mas sim como resultado de natural respeito a um grau maior de saber e de experiência.

Mas, se a USP se preparava a exercer novas tarefas, tornava-se ainda mais necessário cuidar de suas estruturas físicas, ou, por melhor dizer, de prédios e equipamentos exigidos pelos Institutos recém-criados. Nessa oportunidade, foi-me de grande valia minha experiência empresarial, infensa ao estamento burocrático que prevalecia no Fundo de Construção da Universidade de São Paulo (Fundusp) que tardava em realizar obras, devido aos embaraços próprios de uma repartição pública rotineira. Feitos os cálculos, concluí que era preferível dispensar centenas de operários, pagando-lhes a indenização trabalhista, para passar a atuar no sistema de administração indireta, mediante concorrência pública entre empresas especializadas. A mudança no ritmo dos trabalhos foi rápida e manifesta, ficando a USP, além disso, livre de crescente encargo trabalhista, podendo salientar que as empreiteiras admitiram nos serviços contratados os trabalhadores que antes se vinculavam ao Fundusp, dirigido com alta competência pelo arquiteto Luciano Bernini, com a supervisão do saudoso mestre Luís Ignacio de Anhaia Melo que, por sinal, já em meu primeiro reitorado, me dera especial assistência para a elaboração do plano da Cidade Universitária o qual, sem alterações substanciais, veio a ser o definitivo. Nesse plano renovador de trabalho, foi também de grande magnitude a cooperação do Conselho do Fundusp.

Não teria, porém, alcançado resultados altamente positivos se não tivesse obtido recursos ponderáveis por parte dos governadores Roberto de Abreu Sodré e Laudo Natel, com os quais despachava semanalmente, inclusive para resolver questões relativas a aumento de vencimentos, cujas novas bases eram, depois, estendidas à Unicamp que então ia se constituindo, graças sobretudo ao pessoal docente da USP, às vezes privada da colaboração de mestres com cursos especializados no estrangeiro. Não posso silenciar que, na época, houve reação por parte dos diretores de nossas Unidades, mas todos justificá-

vamos o empenho do Zeferino Vaz em levar a bom termo a sua obra, como efetivamente o fez.

Outro ponto que desejo aqui focalizar é o relativo às atividades esportivas, reduzidas, então, a um campo de futebol de várzea e a uma quadra de basquete em precárias condições. Com recursos do Estado e da Loteria Esportiva, obtidos junto ao Ministério da Educação e Cultura, foi possível implantar todo um parque esportivo, depois completado pelo caro amigo Orlando Marques de Paiva, que me sucedeu à testa da USP.

Uma de minhas vaidades foi ter concluído o mandato sem ter havido uma só greve, não por temor das autoridades militares, mas por serem reconhecidos os propósitos do Conselho Universitário e do reitor de tudo fazer para preservar a autonomia da Universidade. Minha preocupação diuturna era impedir que preconceitos ideológicos viessem perturbar a vida universitária, influenciando na nomeação dos diretores de Institutos e Faculdades, ou na seleção das obras publicadas em coedição com várias casas editoriais, até o ponto de livros de professores cassados serem patrocinados pela Edusp, a qual adquiriu estrutura jurídica autônoma.

Outro ponto que merece ser lembrado se refere aos *campi* do Interior, os quais começaram a ser dirigidos por coordenadores dotados de relativa autonomia, merecendo verbas e atenção especiais do Fundusp, que, desse modo, passou a atuar em função de toda a Universidade. O certo é que a fisionomia da USP se transformou, adquirindo o porte que correspondia à qualidade de suas categorias docentes. O clima de confiança, então estabelecido, era tão grande que a representação estudantil no Conselho Universitário passou a ser feita por eleição direta facultativa, o que não impedia o comparecimento de significativo número de eleitores.

Igual atenção penso ter sido dada aos Institutos anexos, aos Museus e ao IPT, cuja transformação em empresa pública me pareceu um erro de conseqüências irreparáveis, por afastá-lo de suas finalidades primordiais de pesquisa não-empresarial.

Quando se fizer a história da USP, reconhecer-se-á que, mesmo em períodos aziagos, é possível preservar os valores universitários, quando a comunidade docente e discente se capacita da dignidade de seu *status*, que acaba sendo objeto de respeito e admiração, mesmo por parte de regimes autoritários.

Creio que é somente com fidelidade ao seu pluralismo e aos fins conjugados do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade, que uma Universidade poderá afrontar as novas transformações que se aproximam, realizando a democratização progressiva dos meios de acesso à cultura, sem perda de sua função de vanguarda crítica no processo de desenvolvimento da sociedade civil, tanto no que se refere aos valores materiais, como no concernente aos de ordem espiritual.

Escrevi, alhures, que o desenvolvimento de São Paulo é, até certo ponto, um subproduto de sua Universidade, e não creio tenha exagerado. Nessa ordem de idéias, contribui ela, em primeiro lugar, com profissionais capazes que se afirmaram nas mais diversas esferas da atividade social; pelo aprimoramento de seus quadros docentes, pela manutenção de 50% dos cursos de pós-graduação do País, pelas pesquisas teóricas e operacionais realizadas em seus laboratórios e nas entidades conexas, podendo contar, felizmente com contribuição relevante proveniente da esfera empresarial, além de convênios com órgãos oficiais da União e do Estado.

É dentro dessa visão, talvez um tanto otimista, que devemos afrontar os novos problemas com a convicção de que a integração cultural da USP, que todos almejamos, não pode ser atingida tão-somente graças à crescente interdisciplinariedade das pesquisas científicas, mas também mediante valores literários, artísticos, jurídico-políticos e sociais, o que tudo contribuirá para aperfeiçoar a imagem, a nota dominante no perfil de uma Universidade, destinada a ser a cúpula envolvente de quantos nela contribuem com a parcela de seu poder criador.

A não ser assim, justapor-se-ão edifícios, não se consolidará uma instituição autêntica; poderão multiplicar-se e apurar-se núcleos de diversificada formação profissional, mas não se fundará um centro de saber que seja, ao mesmo tempo e necessariamente, um foco de irradiação de imperativos éticos e cívicos, resultantes de irrenunciável espírito crítico.

FICHA CATALOGRÁFICA

Reale, Miguel. *Recordações da Universidade de São Paulo*.
Revista da Universidade de São Paulo, São Paulo, (3)
p. 91–102, dezembro de 1986.